

# Uma saída para a dívida

*Extra*

CORREIO BRASILEIRO

Dentre todos os problemas econômicos da Nova República, a dívida externa é sem dúvida o mais frustrador e poderá causar um descompasso político na polêmica entre as alternativas de renegociação técnica e de moratória, que, infelizmente, não oferecem perspectivas aceitáveis para a sociedade. A continuação das renegociações técnicas permitiria, no máximo, uma pequena queda nas taxas de spread e um reescalonamento das amortizações a mais largo prazo, mantendo, portanto, a perspectiva do atual "sufoco" por mais uma ou duas décadas. A moratória, por outro lado, ofereceria a perspectiva de solução instantânea para o problema, se não fosse o alto risco de retaliações por parte da comunidade financeira internacional, de consequências imprevisíveis.

Uma negociação econômica é mais uma arte do que um exercício técnico. Dada as limitações das negociações técnicas, torna-se imprescindível uma mudança radical nas regras do jogo. O segredo para o Brasil seria combinar dois problemas: serviço da dívida e exportações, de tal forma que a solução conjunta seja mais favorável que a solução individual de cada um.

Como a dívida externa brasileira é expressa em dólares (ou outras moedas equivalentes) e deve ser paga em dólares, o Governo brasileiro deve condicionar os pagamentos à nossa capacidade de gerar dólares dentro dos parâmetros ban-

\*RAUL BRANCO

27 JUL 1985



cários usuais dos países industrializados.

Os bancos geralmente estabelecem como regra básica para empréstimos, que as prestações não devem ser superiores a um quarto dos rendimentos do cliente. Segundo esta orientação, o Governo brasileiro deveria estabelecer que 25% da receita de exportação para cada país seriam alocados para o serviço da dívida com aquele país. Porém, de todo aumento real das exportações, para cada país, a partir de um ano-base, 50% seriam adicionalmente alocados para o serviço da dívida.

Os juros e amortizações, devidos cada ano, que não pudessem ser pagos em virtude de receitas de exportações deficientes, seriam automaticamente refinanciados por dez anos, pelas instituições credoras, porém a taxas de juros concessionárias atualmente cobradas

pelo Fundo Monetário International, sem spread adicional ou outras exigências.

Logicamente, esta regra só seria válida para os empréstimos devidos a instituições bilaterais oficiais e a bancos comerciais (US\$ 76 bilhões, em 31.12.84).

A principal consequência imediata dessa alternativa seria uma drástica redução em nossos pagamentos da dívida externa. Vejamos: para uma dívida total aos bancos comerciais estrangeiros e instituições oficiais bilaterais de US\$ 76 bilhões, mesmo com a recente queda na prime rate do mercado americano, os juros anuais devidos sobre esse montante podem ser estimados em cerca de US\$ 8 bilhões. Como não são disponíveis as estatísticas discriminadas da origem nacional dos créditos bancários, assumimos que eles são devidos aos países industrializados

(EUA, Japão, Canadá, CEE, Suíça, Noruega, Áustria, Espanha) e alguns membros da Opep (Arábia Saudita e Kuwait). As exportações brasileiras para a totalidade desses países, em 1984, somaram US\$ 15,4 bilhões. Adotando o limite máximo de 25% da receita de exportação para tal conjunto de países, teríamos um pagamento máximo de US\$ 3,9 bilhões, ou seja, menos da metade da quantia a ser paga dentro das condições atuais.

A segunda consequência, uma vez assentada a poeira das recriminações, acusações e ameaças ao Governo brasileiro, seria a transformação da comunidade financeira internacional em nosso melhor e mais ativo promotor de exportações. Conseguiríamos um poderoso aliado, para neutralizar a constante frustração que enfrentamos com medidas discriminatórias contra as nossas exportações.

Finalmente, a grande consequência da iniciativa brasileira seria uma eventual renegociação política global das dívidas dos países em desenvolvimento, porque o exemplo do Brasil seria inevitavelmente seguido por outros países, criando uma situação de crise para os bancos comerciais estrangeiros, e portanto forçando os Governos dos países industrializados a entrarem no circuito, à procura de uma solução para seus "pobres" banqueiros.

Raul Branco é economista doutorado pela Universidade McGill, no Canadá.